

**RE no RECURSO ESPECIAL Nº 1.742.696 - SP (2018/0120806-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE** : **SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO**  
**ADVOGADOS** : **ANDRÉ NICOLAU HEINEMANN FILHO - SP157574**  
**NILZABETH CRISTINA FRANCISCO E OUTRO(S) -**  
**SP207329**  
**HUGO LEONARDO DA SILVA - SP327361**  
**RECORRIDO** : **CRISTIANE REGINA LISBOA**  
**ADVOGADOS** : **RITA DE CASSIA PRADO QUEIROZ SILVA - SP269027**  
**LINDINIR GABRIEL DE OLIVEIRA ANDRADE JÚNIOR -**  
**SP403187**

**EMENTA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO  
CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO  
EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA  
SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Marco Aurélio Bellizze, assim fundamentada (fls. 180/184):

"Trata-se de recurso especial interposto por SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurge contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 132-137):

Prestação de serviços educacionais. Ação de cobrança julgada procedente. Sentença da fase de conhecimento proferida em audiência em 02.03.2010, com intimação das partes. Ausência de recurso. Decisão transitada em julgado, com posterior remessa dos autos ao acervo em 22.04.2010. Fase de cumprimento de sentença que sequer foi iniciada. Pedido de desarquivamento dos autos, feito em 30.05.2016, para iniciar fase de cumprimento de sentença. Sentença de extinção da fase executiva, com fundamento no art. 924, V, do CPC, acolhida arguição de prescrição intercorrente. Apelação da autora-exequente. Pretensão ao afastamento do reconhecimento da prescrição: não acolhimento, nesta hipótese. Processo arquivado que não se encontrava suspenso, vez que sequer iniciada a fase executiva. Inércia configurada. Desnecessidade de intimação pessoal para dar andamento. Sentença condenatória proferida em audiência. Desídia da parte e de seu representante, posto que, após o trânsito em julgado da ação, passaram-se mais de seis anos sem qualquer ação da exequente, ora apelante. Cabia à parte requerer o

cumprimento de sentença tempestivamente. Sentença mantida.  
Recurso improvido.

No recurso especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º, XXXV e XXXVI, da CF; 6º da LINDB; e 158, 205, § 3º, e 269, III, do CPC/2015.

Esclarece que se opõe ao acórdão que estabeleceu a ocorrência de prescrição intercorrente da ação. Afirmar ofensa a princípios constitucionais, pois foi decretada tal prescrição com base em ato processual não publicado no Diário Oficial, bem como em processo anterior ao novo Código de Processo Civil. Aduz que a atuação do Magistrado singular, que determinou a remessa dos autos ao arquivo sem a publicação de nenhum de seus atos, despacho ou certidão atestando o trânsito em julgado da ação, configura ofensa aos supracitados artigos do novo Código de Processo Civil, portanto deve ser afastada a prescrição intercorrente por não ter a insurgente tomado ciência da certificação do trânsito em julgado da causa. Postula pela aplicação ao caso dos regramentos do antigo Código Civil (e-STJ, fls. 140-153).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 159-167).

Juízo positivo de admissibilidade do recurso especial (e-STJ, fls. 172-173).

Brevemente relatado, decido.

O acórdão estadual negou a continuidade da demanda executiva por reconhecer a incidência da prescrição intercorrente. Isso porque, entre o trânsito em julgado e a data em que a autora requereu a continuidade do feito teria transcorrido mais de 6 (seis) anos, demonstrando-se, assim, sua desídia.

A insurgente defende ser nula a certificação do trânsito em julgado, pois esta não teria sido publicada no Diário Oficial, instrumento necessário à publicidade dos atos judiciais. Sendo assim, não teria pleiteado a execução fora do prazo de 5 (cinco) anos.

O Tribunal de Justiça firmou que a ciência acerca do trânsito em julgado teria ocorrido em audiência, sendo realmente caso de prescrição intercorrente.

Confira-se trecho do acórdão (e-STJ, fls. 135-136):

Na hipótese dos autos, contudo, a situação é diversa. Do exame da sentença proferida em audiência, as partes saíram intimadas acerca da decisão, bem como da determinação de que os autos fossem remetidos ao acervo após o trânsito em julgado.

Inexiste previsão legal de que seja publicada a certidão de trânsito em julgado. Mesmo porque uma decisão ou uma sentença proferida transita em julgado independentemente de qualquer ação. A certidão é apenas uma declaração de sua ocorrência.

Assim, a alegação da apelante de que deixou de iniciar o cumprimento de sentença ante a ausência de publicação da certidão do trânsito em julgado, não pode ser aceita, pois a autora teve ciência da sentença proferida em audiência, com a determinação de posterior arquivamento do feito após o decurso do prazo recursal.

[...]

Portanto, não se trata de ato processual que demande publicidade, como sustentado, pois o controle dos prazos deve

ser feito pelo próprio interessado.

Não é razoável que, após mais de seis anos da data da audiência em que fora proferida a r. sentença, estivesse a apelante aguardando a publicação de eventual certidão de trânsito em julgado.

E, do exame do andamento processual no site do TJSP, tem-se que há a certificação do trânsito, além das informações acerca do arquivamento do feito. Assim, bastaria simples acompanhamento dos autos.

Esse entendimento da Corte estadual não apresenta nenhuma mácula acerca do trânsito em julgado, pois ficou claro nos autos que a insurgente saiu da audiência de conhecimento ciente do prazo em que a lide chegaria a seu fim, e se perfectibilizaria o título exequendo na hipótese de ausência de recursos das partes.

Em respeito ao princípio do *tempus regit actum*, o caso está em sintonia com o art. 242, § 1º, do antigo Código de Processo Civil.

À guisa de exemplo (sem grifo no original):

(...)

Ademais, o contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

Nessa mesma direção, veja-se o precedente desta relatoria que firmou a orientação supracitada acerca da prescrição intercorrente, inclusive sob a égide do CPC/1973:

(...)

Esse entendimento tem sido seguido por esta Corte Superior:

(...)

*In casu*, observa-se, da leitura da sentença (e-STJ, fls. 88-89), que a executada, ora recorrida, suscitou o reconhecimento da prescrição intercorrente, manifestando-se, posteriormente, a exequente, ora recorrente, em réplica, 'não haver se falar em prescrição intercorrente pois não foi intimada pessoalmente do trânsito em julgado da sentença'. Após a argumentação de ambas as partes, foi prolatada sentença, reconhecendo a apontada prescrição intercorrente.

Desse modo, não se vislumbra a ocorrência da apontada afronta ao devido processo legal, sendo de rigor a manutenção do acórdão recorrido.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados da parte recorrida em 1% (um por cento) sobre o valor da execução.

Publique-se".

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 188/201), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que a decisão recorrida violou o artigo 5º, incisos XXXV e LV, da Constituição Federal.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 233/248.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo interno/regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de esgotamento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

